

Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário

*Munir Jorge Felicio**
*Bernardo Mançano Fernandes***

RESUMO

O debate paradigmático é uma proposta de método de análise da produção do conhecimento e das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural. Dois paradigmas dominam as elaborações teóricas que explicam as mudanças no campo. O paradigma da questão agrária possui uma visão mais crítica e analisa o desenvolvimento no capitalismo a partir das desigualdades produzidas pelas relações sociais. O paradigma do capitalismo agrário possui uma visão mais positiva e analisa o desenvolvimento a partir do que denomina de integração da agricultura familiar ou agricultura camponesa subordinada ao capitalismo. Os dois paradigmas conflitam todo o tempo, tanto na academia quanto nos movimentos camponeses e influenciam a criação de políticas públicas. Sugerimos o debate paradigmático como uma ferramenta importante para a análise das transformações recentes do campo. Este artigo é uma síntese do temos produzido a respeito desta contribuição teórica.

PALABRAS CLAVE: políticas públicas, agricultura familiar, capitalismo agrário.

RESUMEN

El debate paradigmático es una propuesta de análisis, de producción de conocimiento, en torno a las políticas públicas y el desarrollo rural. Dos paradigmas predominan en las elaboraciones teóricas que explican los cambios en el campo: el paradigma de la cuestión agraria analiza de manera crítica el desarrollo del capitalismo a partir de las desigualdades generadas por las relaciones sociales; en tanto que el paradigma del capitalismo agrario analiza el desarrollo rural a partir de la integración de la agricultura familiar o la agricultura campesina subordinada al capitalismo. Ambos paradigmas están en conflicto permanente tanto en la academia como en los movimientos campesinos, e inciden en la creación y el diseño de políticas públicas. Este artículo sugiere el

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente e pesquisador do NERA-Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

debate paradigmático como una herramienta importante para el análisis de las transformaciones recientes del campo.

PALABRAS CLAVE: políticas públicas, agricultura familiar, capitalismo agrario.

ABSTRACT

The paradigmatic debate is a proposal for analysis and production of knowledge about public policy and rural development. Two paradigms dominate the theoretical constructs that explain the changes in the field: the paradigm of the agrarian question critically analyzes the development of capitalism from the inequalities generated by social relations, while the paradigm of agrarian capitalism analyzes rural development from the integration of family farming or campesino agriculture subordinated to capitalism. Both paradigms are in permanent conflict both in academia and in the campesino movements, and both influence the creation and design of public policies. This article suggests the debate as a major paradigm for the analysis of recent changes in the field.

KEY WORDS: public policy, family farming, agrarian capitalism.

INTRODUÇÃO

Neste estudo propomos a imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudarmos a complexidade da questão agrária. O embate de idéias qualifica as leituras do avanço do capitalismo na agricultura ao revelar os confrontos das interpretações e das visões de mundo com as quais os pesquisadores se alinham e desenvolvem paradigmas. Tendo como referências a formação do agronegócio na mundialização da economia e na internacionalização das lutas camponesas, estudamos processos de integração-subalternidade-resistência do campesinato ao capital em três abordagens: os diferentes fins e recriações do campesinato, a metamorfose do camponês em agricultor familiar e o processo de recampesinização.

Discutimos a complexidade da questão agrária, seus elementos, componentes e características a partir das leituras de autores seminais e contemporâneos dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. Por meio desses referenciais apresentamos as principais idéias sobre a relação campesinato-capital no mundo de economia globalizada e da mundialização da agricultura. Procuramos desconstruir as análises na tentativa de compreender

os pensamentos e, com isso, procurar demonstrar as tendências e as perspectivas dos paradigmas com relação aos tipos de criação e de destruição do campesinato e sua relação com o agronegócio.

O debate paradigmático não pode prescindir de uma reflexão do significado de paradigma como movimento para tentar acompanhar o dinamismo da realidade em constante transformação. Este conceito é essencial para a compreensão do processo de construção das idéias e na criação dos significados. É a partir dessa premissa que elaboramos este artigo com o objetivo de fomentar o debate sobre as diferentes leituras a respeito do desenvolvimento da agricultura. Evitar este debate é ignorar que as disputas dos territórios no campo têm relação direta com os territórios no campus, como já afirmou José de Souza Martins.

A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA

Nesta primeira década do século XXI, o debate paradigmático a respeito da questão agrária mantém velhos e novos elementos para a compreensão das relações entre capital e campesinato. Entre os velhos elementos estão os processos de integração-subalternidade-resistência do campesinato ao capital e entre os novos estão as novas leituras sobre o fim do campesinato por meio da interpretação da metamorfose (do camponês em agricultor familiar) e da recampesinização.

Estudaremos estas três abordagens: 1) fim, 2) metamorfose e 3) recampesinização tendo como referências a formação do agronegócio na mundialização da economia e na internacionalização das lutas camponesas. Este debate participa da atual conjuntura histórica, da qual, a questão agrária é parte essencial. No centro desta discussão está a relação campesinato/capital: o campesinato é parte do agronegócio e/ou se constitui num modelo de desenvolvimento próprio? Esta é uma das perguntas que fazem importantes pensadores como Ploeg (2008); Bartra (2007) e Mazoyer e Roudart (1998).

O campesinato é parte do capitalismo porque é recriado pelo capital por meio das relações de compra e venda da terra e/ou do arrendamento e se recria por meio da luta pela terra, principalmente pelas ocupações de terra (Fernandes, 2000). A

recriação do campesinato pelo capital é um processo capitalista de criação de uma relação não capitalista, pois “o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção” como explicita Martins (1979:3), o que resulta em relações de subalternidade e resistência.

O campesinato desde o período neolítico desenvolve “formas de agricultura” (Mazoyer e Roudart, 1998:14) que se constituem num jeito próprio de produção agropecuária, “isto é, a condição camponesa flui para e inclui uma especialização do modo camponês de fazer agricultura” (Ploeg, 2008:60). Este modo camponês de produção resiste ao “reino” ou “império” uniforme do capital onde os camponeses são considerados uma anomalia, pois, são “diversos por natureza, sustentam seu polimorfismo perverso em múltiplas e variadas maneiras de interagir com a biosfera” (Bartra, 2007:86). Com o avanço do capital na agricultura os camponeses “não desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes” (Shanin, 1980:57).

As discussões teóricas sobre as perspectivas do campesinato estão na integração-subalternidade-resistência ao capital dependendo dos paradigmas que os pesquisadores utilizarem. Estas perspectivas são construídas pelos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. A subalternidade é condição de desterritorialização do campesinato no processo de proletarização ou por meio do monopólio do território camponês pelo capital. Este segundo processo, compreendido pelo paradigma da questão agrária como territorialidade do capital no território camponês é interpretado pelo paradigma do capitalismo agrário como uma forma de integração ao capital. A resistência é compreendida como todo confronto às condições impostas pelo capital, quer seja desterritorializando e proletarizando ou monopolizando o território camponês. Estes processos estão diretamente vinculados às abordagens de destruição e recriação do campesinato.

A subalternidade é compreendida pela desterritorialização pelos estudiosos que explicam o desenvolvimento do capital de forma homogênea, total e absoluta, destruindo completamente o trabalho familiar camponês. No intenso processo de proletarização “o camponês é um trabalhador para o capital”, pois, “o assalariamento é a condição principal para o acesso, mesmo precário à terra” (Wanderley, 2009:71, 115). A integração é entendida por meio

da metamorfose quando “aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (Abramovay, 1998:127). Ou seja, pela integração ao mercado, pois “os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (Veiga, 1991:191). “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa* (Abramovay, 1998:22; grifos no original). “O camponês tornou-se cada vez mais um agente econômico” (Mendras, 1984:123).

Estes autores procuram demonstrar que “a subalternidade e a expropriação aparecem como uma suposta ineficácia do campesinato e não como intensa exploração do agronegócio” (Fernandes, 2008:9). Nessas pesquisas raramente aparecem a luta contra o capital e a resistência camponesa não faz parte das análises, pois são fenômenos que não foram previstos pelo paradigma do capitalismo agrário. Kuhn explicita que “os fenômenos que não se encaixam nos paradigmas não são vistos pelos pesquisadores” (Kuhn, 1998:45). Os paradigmas dirigem as investigações, definem os objetos que serão selecionados da realidade para serem analisados.

A resistência do campesinato é compreendida como perspectiva pelos estudiosos que explicam o desenvolvimento do capital de forma heterogênea, complexa, desigual e contraditória (Oliveira, 2001:185). Utilizando o materialismo dialético eles entendem as disputas territoriais através da luta de classes geradora de conflitualidades, como explica Fernandes ao enfatizar que “o capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato” (Fernandes, 2008: 181. Grifos no original). O protagonismo do campesinato se territorializa com a luta pela reforma agrária (Oliveira, 2001), com a luta pela terra, principalmente pelas ocupações de terra (Fernandes, 2000); com o processo de recampesinização (Ploeg, 2008; Sabourin, 2009; Bartra, 2007; Marques, 2004) e pela internacionalização das lutas camponesas com a criação da Via Campesina em maio de 1993.

A história da questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas pela amplitude e complexidade dos problemas e das possíveis leituras com diferentes paradigmas. Neste contexto, queremos compreender os processos

dos diferentes fins e das diferentes recriações do campesinato no contínuo movimento histórico. A história do campesinato e a história dos pensamentos sobre o campesinato se encontram no debate paradigmático. E este pode ser compreendido pelos elementos e abordagens dos pensamentos que organizam os paradigmas. Nestas abordagens estão as discussões sobre a metamorfose que transforma camponês em agricultor familiar para cooptar o campesinato como faz Abramovay ao afirmar que “o agronegócio é constituído fundamentalmente de agricultores familiares” (Abramovay, 2003:2); a recampesinização (Ploeg, 2008; Sabourin, 2009; Bartra, 2007; Marques, 2004; Mazoyer e Roudart, 1998) que discute o fim do fim do campesinato em que sua superação está no resgate da identidade camponesa, como jeito próprio de fazer agricultura.

Neste debate encontramos dois tipos de fim do campesinato e dois tipos de recriação do campesinato. Para Kautsky (1986) e para Lênin (1980) o fim do campesinato está nos processos de diferenciação, de expropriação ou pela sujeição do campesinato. Eles entendem que o campesinato sucumbirá como consequência das grandes explorações capitalistas. Todavia, as perspectivas de superação estão na subalternidade do campesinato ao Estado socialista. Nesta mesma linha do fim do campesinato, mas com perspectiva diferente, Mendras e Lamarche redefinem este debate. Enquanto para Lenin e Kautsky o fim do campesinato tem como significado a sua eliminação física, para Mendras e Lamarche a significação está na eliminação teórico-conceitual. Para Mendras (1984) e Lamarche (1993, 1998) o fim do campesinato é consequência da industrialização da agricultura, pelo crescente processo de tecnificação e pelos diferentes graus de integração ao mercado, metamorfose que transforma o camponês em agricultor familiar. A recriação do campesinato pelo capital acontece pelo processo capitalista de criação de uma relação não capitalista, pois “o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção” (Martins, 1979:3). O campesinato também é recriado pelo capital por meio das diversas relações mercantis ou ele se recria por meio da luta pela terra, principalmente pelas ocupações de terra (Fernandes, 2000).

Os estudos de Mendras (1967/1984) se desenvolvem na direção da metamorfose do campesinato em que o camponês se transforma

em agricultor moderno e esse em agente econômico. Ele tenta compreender o desaparecimento da civilização milenar francesa constituída pelo campesinato, que se formou há dez séculos e que sucumbiu diante do desenvolvimento do capitalismo na agricultura francesa. Seu desaparecimento é resultado de um processo de transformação do camponês em agricultor moderno tecnificado produtor de mercadoria.

Os teóricos da metamorfose do camponês em agricultor familiar (Mendras, 1967/1984); (Lamarche, 1993, 1998) e (Abramovay, 1998, 2003) negam o protagonismo do campesinato atribuindo-lhe a pecha de atrasado, estorvo ou resquício feudal, como justifica Abramovay: “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe ser caracterizada como *camponesa*” (Abramovay, 1998:22; grifos no original). O camponês numa economia capitalista só pode ser coadjuvante dada sua integração parcial a mercados incompletos. “As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (Abramovay, 1998:117). Por isso ocupam um lugar secundário e subalterno na agricultura brasileira historicamente marcada por privilegiar a grande propriedade e nela desenvolver monocultura exportadora (Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010).

Recampesinização consiste numa tentativa de redefinir o campesinato, ou melhor, ainda, em redefinir a recriação do campesinato na busca de autonomia e de protagonismo frente à exclusão social cada vez mais crescente. Consiste em uma população que luta para sobreviver, unindo-se pelo controle dos meios de produção como a terra, a água e os recursos naturais, dos quais são expropriados. Ploeg defende a recriação do campesinato via processo de recampesinização na busca de autonomia, através da produção agroecológica sustentável onde as sementes e as nascentes de água potável são recuperadas, como também os demais recursos renováveis. Trata-se da “reconstrução substancial do capital ecológico, social e cultural, sendo esses os recursos principais em que a agricultura camponesa é cada vez mais fundamental” (Ploeg, 2008: 303).

Para Ploeg a recampesinização:

É uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente, uma condição estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a *recampesinização* [...] a recampesinização ocorre tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo (Ploeg, 2008:23; grifos no original).

A recampesinização consiste no processo de tornar-se camponês ou recuperar valores e práticas antigas como esclarece Marques (2004:145-156). Trata-se de diversas atividades e processos interconectados tais como: “a luta pela emancipação, isto é, trabalhar a terra o melhor possível para obter o melhor rendimento e, assim, níveis mais elevados de valor agregado” (Ploeg, 2008:82). O “uso do trabalho familiar (e o envolvimento em relações de reciprocidade) é preferido às relações de trabalho assalariado” (Ploeg, 2008:87). “A partilha de conhecimentos através de grupos de estudo informal pode fomentar a produção de novidades e divulgar os resultados promissores” (Ploeg, 2008:89), entre outras.

Duas constatações de Mazoyer e Roudart (1998) são importantes e corroboram com a compreensão de Ploeg (2008). A primeira defende a necessidade de estudos aprofundados sobre os sistemas agrários multiseculares:

As regiões do mundo densamente povoadas, onde o campesinato desenvolve hoje formas de agricultura complexas, duradouras, com alto rendimento territorial e pouco custoso em recursos não renováveis, são, sem dúvida, os laboratórios onde se elaboram as formas de agricultura mais preciosas para o futuro da humanidade. Só o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários, que são o fruto da experiência multisecular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos investigadores identificar e propor melhorias apropriadas, e transferir, adaptando-as, algumas aquisições de uma agricultura em proveito de uma outra (Mazoyer e Roudart, 1998:485).

A segunda diz respeito à construção do futuro viável para a humanidade:

Tendo em conta o papel que deverão desempenhar todas as agriculturas do mundo na construção de um futuro viável para a humanidade, é inquietante constatar a que ponto a opinião e os espíritos esclarecidos dos nossos dias estão afastados das realidades agrícolas, e a que ponto mesmo aqueles que têm a responsabilidade da agricultura desconhecem toda a riqueza da herança agrária da humanidade (Mazoyer e Roudart, 1998:13).

O campesinato se reterritorializa de diversas formas, seja na busca de autonomia através da produção agroecológica, seja na produção de discursos sobre o seu protagonismo num enfrentamento ao processo histórico de invisibilização, pois, como constata Ploeg “a ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia” (Ploeg, 2008:33).

A diversidade dos problemas estruturais e conjunturais da questão agrária e as teorias e os métodos para estudar esses processos são tão abrangentes e complexos, que desafiam constantemente os pesquisadores a tentar compreender o desenvolvimento das relações entre o capital e o campesinato. Foi o que fizeram Chonchol (1994); Rubio (2009) e Valle (2005, 2006) quando tentaram compreender as transformações impulsionadas pelo avanço do capitalismo na agricultura e as implicações desse avanço no desenvolvimento do campesinato latino-americano.

Chonchol (1994) tenta demonstrar, em quatro etapas, os desdobramentos do avanço do capitalismo europeu na história da agricultura da América Latina. Nas duas primeiras ele explica como o desenvolvimento do capital na agricultura rompeu o equilíbrio do sistema agrário autóctone substituindo as tradições comunitárias por critérios individualistas e de rentabilidade econômica. Pois, “la vida de las familias miembros de un ayllu reposaba sobre un triple equilibrio: ecológico, económico e social” (Chonchol, 1994:41). A incorporação, inserção e integração do novo mundo ao sistema de economia mundial capitalista foi desenvolvida pela implantação do sistema *de la hacienda* (de cunho espanhol) e da economia de *plantación* (de cunho português) como explica Chonchol (1994:59-106).

Nas outras duas etapas Chonchol (1994) analisa a expansão do capital com o surgimento e o desenvolvimento do complexo agroexportador por meio do qual ocupou novos territórios “por eliminación de las poblaciones indígenas aún no sometidas [...] y significó la incorporación a la economía europea de no menos de treinta millones de hectáreas, la mayoría de las cuales se transformaron en grandes latifundios privados” (Chonchol, 1994:116-117). Por diversos meios o capital industrial obteve do estado oligárquico a sustentabilidade que necessitava, conseguindo das oligarquias agrárias a hegemonia econômica, social, política e cultural.

As análises desenvolvidas por Rubio (2009) seguem a mesma direção do caminho percorrido por Chonchol (1994) como se fossem complementares no que se refere aos desdobramentos do campesinato no período de 1940-2002. Ela procura responder uma questão central: por que o campesinato foi excluído do processo de reprodução do capital? Tenta compreender a forma como avança o capital na América Latina na etapa histórica que se inicia na década de 1990, o que ela denomina de fase agroexportadora neoliberal excludente. Almeja, portanto, “Conocer el origen de la marginalidad que sufren los campesinos, con el fin de encontrar las vías para superarla. Pretende, por tanto, contribuir al proyecto de inclusión democrática de los excluidos, que enarbolan los campesinos e indígenas latinoamericanos en este nuevo milenio” (Rubio, 2009:30).

Os três setores do capital que impõe a subordinação excludente e comandam o novo modelo de desenvolvimento excluindo o campesinato são os setores *a)* especulativo financeiro; *b)* o industrial transnacional e *c)* o agro-alimentar multinacional explica Rubio (2009:102-140). Para ela o preço dos alimentos tem-se desvinculado do sistema dos salários e nisso se encontra a chave estrutural da exclusão do campesinato.

As análises de Valle (2005, 2006) seguem direções distintas se comparadas com as de Chonchol (1994) e Rubio (2009). Enquanto as deles se alinham às teses defendidas pelo paradigma da questão agrária, as de Valle se alinham com as teses defendidas pelo paradigma do capitalismo agrário, para o qual não há questão agrária no avanço do capitalismo na agricultura. Para Valle o

campesinato é parte tão integrante do capital que é função dele corrigir as imperfeições do mercado, como ele explica

Para sorpresa de muchos, este viraje se daba incluso en un entorno en el que se planteaba que los indígenas eran el sector más organizado del país. Tal parece que la organización indígena hubiera tomado otro atajo, desvinculándose de este problema central y respondiendo a otra dinámica externa más vinculada a lo que se conoce como el *post Consenso de Washington*, que busca, entre otros aspectos, vincular el respaldo social para corregir las imperfecciones del mercado y dar un rostro humano a las políticas de ajuste (Valle, 2006:109; grifos no original).

Para Valle (2006) os povos indígenas do Equador se organizaram entre as décadas de 1980-1990, em associações denominadas OSG: organizações do segundo grau, porque assim melhor se adaptava aos modos produtivos atuais das famílias camponesas com predomínio do mercado. Essas associações se consolidaram mais como unidades executoras de pequenos projetos alguns deles financiados pelo Banco Mundial, que como instâncias de caráter político-organizativo da população rural que ficaram em segundo plano ou, simplesmente desapareceram.

A complexidade da questão agrária é tão dinâmica que entrelaça elementos novos e antigos que, sem ter a pretensão de reunir todos eles, elencamos alguns deles: o agronegócio através das corporações (Ploeg, 2008; Palau, 2008), as ocupações de terras (Fernandes, 2000), o estudo dos territórios através das lutas de classes para compreender as disputas políticas pelo controle e domínio dos territórios (Fernandes, 2007; Fernandes e Welch, 2008; Bruno, 2008; Wahren, 2008); a propriedade privada como abordagem restrita do território (Haesbaert, 2004); renda fundiária (Kautsky, 1986; Martins, 1979); a comoditização (Conterato, 2008; Niederle, 2007); as desigualdades nos meios e nas relações de produção (Palau, 2007; Ploeg, 2008); estudar os modelos de desenvolvimento da agricultura que criam redes de relações, paisagens e territórios distintos (Mazoyer e Roudart, 1998; Fernandes, 2005; Ploeg, 2008; Sabourin, 2009, Gómez, 2008; Terán, 2008); estudar os diferentes fins e diferentes recriações do campesinato (Kautsky, 1986; Lênin, 1980; Mendras, 1984; Martins, 1979; Fernandes, 2000; Oliveira, 2001, 2004); a estrutura fundiária (Prado Junior, 2000; Guimarães. 1977;

Martins, 1994); a reforma agrária (Oliveira, 2007; Leite e Ávila, 2008; Aly Junior *et al.*, 2008); a posse, a parceria, a proletarização dos camponeses (Wanderley, 2009; Thomaz Junior, 2008); as relações entre agronegócio e agroecologia (Costa Neto, 2008); a função social da propriedade (López, 2008); o desenvolvimento agroindustrial e a expansão do agronegócio (Giarraca e Teubal, 2008; Mackinlay, 2008); apropriação e reapropriação da água (Porto-Gonçalves, 2008); a resistência camponesa (Lizárraga e Vacafleres, 2008; Guerreiro, 2008; Mansur, 2008)

A complexidade demonstrada nesse rol indica que o estudo da questão agrária possibilita diversas leituras advindas da filiação dos pesquisadores em diferentes paradigmas com os quais projetam suas visões de mundo. Com seus métodos de estudo, seus referenciais teóricos, suas ideologias compõem as análises e influenciam na compreensão do problema. Priorizam determinadas concepções e através delas exercem influências direcionando o seu entendimento e influenciando no dos outros. São importantes no estudo da questão agrária algumas concepções como o processo de diferenciação do campesinato (Lênin, 1980); questão agrária como questão estrutural do capitalismo (Kautsky, 1986); o fim do campesinato (Mendras, 1984); a sujeição da renda da terra (Martins, 1981); o estudo do processo capitalista de criação de relações não capitalistas (Luxemburg, 1985; Martins, 1979); o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo (Oliveira, 1991); a conflitualidade (Fernandes, 2008); a agricultura familiar (Abramovay, 1998); a condição camponesa (Neves, 2008; Shanin, 1983); o território imaterial (Saquet, 2007, Fernandes, 2008; Haesbaert, 2004); a resistência do campesinato (Carvalho, 2005); a questão agrária (Stédile, 2004); a econômica camponesa (Chayanov, 1974); a produção camponesa (Fabrini, 2002); recampesinização (Ploeg, 2008); pluriatividade (Schneider, 2003).

PARA ENTENDER O CONCEITO DE PARADIGMA

Para interpretar os antigos e os novos elementos da complexidade da questão agrária, entender como ocorrem os diferentes fins e recriações do campesinato, analisar as discussões sobre a metamorfose e a proposta da recampesinização que discute o *fim*

do fim do campesinato é indispensável compreender a abrangência do conceito de paradigma, de ciência e de teoria. É o que faremos nesta parte através das contribuições de Kuhn (1998), Gohn (2009), Freire-Maia (2000), Saussure (1997) e Thiollent (2000).

Nesta parte, verificaremos como Kuhn compreende o paradigma e como ele o articula com a ciência e teoria através das pesquisas que deram origem na sua obra seminal publicada em 1962, denominada *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Ao estudar a História da Ciência ele entende que a pré-história como ciência chega até a Ótica de Newton e a pesquisa sobre eletricidade em Franklin (Kuhn, 1998:32-34 e 41). A partir daí, emerge a ciência normal desenvolvida pelos paradigmas.

Para ele paradigma é um modelo, um padrão, um protótipo ideal constituído pela “incomensurabilidade de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar a ciência” (Kuhn, 1998:23). Ao atribuir o significado de modelo ou padrão ao paradigma, Kuhn demonstra a necessidade de entendê-lo como estrutura e como processo, pois,

No seu uso estabelecido, um paradigma é um modelo ou padrão aceitos. Este aspecto de seu significado permitiu-me, na falta de termo melhor, servir-me dele aqui. Mas dentro em pouco ficará claro que o sentido “modelo” ou “padrão” não é o mesmo que o habitualmente empregado na definição de “paradigma” (Kuhn, 1998:43-44).

Como estrutura o paradigma está relacionado com a ciência normal por possuírem “limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis” e os fenômenos que não se encaixarem nesses limites, “frequentemente nem são vistos” (Kuhn, 1998:45). No decurso da formação do conhecimento a ciência normal é a ciência formada, consolidada com seus modelos explicativos da realidade (Kuhn, 1998:43-55). Neste sentido, paradigma é um “termo estreitamente relacionado com ‘ciência normal’” (Kuhn, 1998:30).

Como processo o paradigma se caracteriza pela “unidade fundamental para o estudo do desenvolvimento científico” (Kuhn, 1998:31). Nesta abordagem as orientações epistemológicas fazem parte do paradigma, pois, “nenhuma experiência pode ser concebida sem o apoio de alguma espécie de teoria” (Kuhn, 1998:119). Por isso Kuhn afirma que “uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerado inválida

quando existe uma alternativa disponível para substituí-la” (Kuhn, 1998:108; grifos no original). Assim, o paradigma como estrutura está relacionado com a ciência normal e como processo está relacionado com a teoria (Kuhn, 1998:38). Ele é o processo do pensamento que constrói a estrutura da ciência.

Paradigma possui segundo Kuhn (1998:30-33 e 42) duas características fundamentais: a filiação de um grupo duradouro de pesquisadores e a resolução de toda espécie de problemas pelos componentes das teorias científicas definindo os fundamentos do campo de estudo. Desta forma, a função primordial do paradigma é ordenar as idéias organizando-as em conjuntos de concepções fundamentais, as quais dão caráter científico às pesquisas como se fossem trilhos, como se fossem túneis como ressalta Freire-Maia (2000:103):

Os paradigmas representam conjuntos de conceitos fundamentais que, num dado momento determinam o caráter da descoberta científica. São como túneis que, pela sua posição, direção, diâmetro, etc, orientam o encaminhamento das pesquisas realizadas pelos que se acham em seu interior.

Saussure (1997) define o paradigma como agrupamento de elementos similares que se associam na memória e que assim formam conjuntos. O encadeamento desses elementos denomina-se sintagma. Com esses elementos similares os pesquisadores se filiam nos paradigmas que projetam suas visões de mundo, estabelecendo divergências de interpretações. Essas divergências alimentam o debate teórico e fazem avançar o conhecimento.

Nos paradigmas estão “os modos de solucionar os problemas” (Kuhn, 1998:116), propostas que “constroem generalizações para analisar fatos semelhantes” (Kuhn, 1998:108). “Possuem regras e pressupostos” (Kuhn, 1998:74) e alimentam os debates intra-paradigmáticos (Kuhn, 1998:69; Gohn, 2009:3).

Como explica Gohn:

Sabemos que o paradigma marxista clássico tem duas grandes correntes. Uma ligada ao jovem Marx e a seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia etc. e criou uma tradição histórica humanista que teve continuidade nos trabalhos de Rosa de Luxemburg, Gramsci, Lukács e na Escola de Frankfurt, após a Segunda Guerra Mundial. Será esta leitura do marxismo que alimentará as

análises contemporâneas feitas sobre os movimentos sociais. A outra corrente decorre dos trabalhos de Marx já “maduro”, após 1850, com os estudos sobre o desenvolvimento do capital, onde os conceitos básicos serão formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais valia etc. (Gohn, 2009:3).

As correntes ou tendências ou posturas ou abordagens se organizam de forma encadeada dentro do paradigma conduzindo e direcionando as pesquisas. É por isso que cada corrente apresenta sua perspectiva de estudo (Thiollent, 2000), seus conceitos, suas concepções filosóficas, suas orientações epistemológicas e suas terminologias conduzindo o pensamento dominante que nela existe e que a diferencia e caracteriza em relação às demais. “São visões de um segmento diminuto da realidade” (Freire-Maia, 2000:106). Segundo Kuhn são escolas em competição que “fizeram contribuições significativas ao corpo dos conceitos” (Kuhn, 1998: 32 e 205).

Como nenhuma experiência pode ser concebida sem o suporte teórico devido, Kuhn explica que a rejeição de um paradigma implica na aceitação simultânea de outro, pois, “decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, *bem como* sua comparação mútua” (Kuhn, 1998:108; grifos no original).

Ao propormos a imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudarmos a complexidade da questão agrária, nós enfatizamos a importância de conhecermos o paradigma ao qual nos filiamos. Desta forma, conheceremos seus limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis e priorizaremos os fenômenos que se encaixam neles, obtendo condições de conhecê-los melhor. Teremos como dimensionarmos sua abrangência e importância o que proporcionará uma análise mais bem qualificada do objeto de estudo.

A sofisticação epistemológica é necessária como enfatiza Shanin ao esclarecer que “as questões fundamentais da realidade social ou podem ser compreendidas em um nível razoável de sofisticação epistemológica, ou não o podem de modo algum” (Shanin, 1980:77) e, por essa razão, sugere que “A conceituação da especificidade

camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de atacar a questão em um nível teórico. Não é essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas” (Shanin, 1980:77).

Compreensão como essa de Shanin fortalece nossa hipótese da imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudar a complexidade da questão agrária. Entendemos que somente o debate qualifica a compreensão do avanço do capitalismo na agricultura por propiciar os confrontos das interpretações, reencontrar as trajetórias que os pesquisadores fizeram e analisar os paradigmas nos quais projetaram suas visões de mundo.

A IMPRESCINDIBILIDADE DO DEBATE PARADIGMÁTICO COMO CONDIÇÃO PARA ESTUDAR A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA

Nesta parte, defendemos a hipótese da imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudar a complexidade da questão agrária por entender que somente ele qualifica a compreensão do avanço do capitalismo na agricultura por propiciar os confrontos das interpretações. Estudaremos a complexidade da questão agrária no contexto da resistência ao capital a exemplo de Neves (1995; 2007), através de dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário, conforme Fernandes (2008), cada um deles contendo duas tendências.

O paradigma da questão agrária possui duas tendências: o proletarismo (Thomaz Junior, 2008) e o campesinismo (Ploeg, 2008; Oliveira, 1991) compreendidos pelo método dialético por meio da dinâmica da luta de classes. Nas análises construídas com esse paradigma emergem os diferentes fins e recriações do campesinato. Enaltencem o protagonismo do campesinato por meio de práticas heterogênicas, pela luta pela reforma agrária e pela resistência com as ocupações de terra. A perspectiva para o campesinato está na luta contra o capital, na superação do sistema capitalista.

Com as análises seminais de Mendras (1984) e Lamarche (1993; 1998) emerge o paradigma do capitalismo agrário defendendo a hipótese segundo a qual não há questão agrária no sistema capitalista, por ele ser tão perfeito em solucionar todos os

problemas. Suas tendências internas são a agricultura familiar (Abramovay, 1998; Veiga, 1991) e o agronegócio (Navarro, 2010; Silva, 1981), os quais são analisados, com os recursos do método positivista para enaltecer a sua enorme produtividade. Portanto, não há antagonismo entre agronegócio e campesinato, cuja perspectiva de ambos é a manutenção do capitalismo. Basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar.

A GÊNESE DO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

O paradigma da questão agrária surge na segunda metade do século XIX através das obras seminais de Marx (1888), Kaustky (1986) e Lênin (1980). As referências que subjazem às análises dessas obras advêm do desenvolvimento da indústria e do comércio (Kautsky, 1986:18) gerando a demanda por novos produtos e provocando alterações das mais diversas como o crescimento do intercâmbio entre cidade e campo. Kautsky (1986), na primeira parte do seu livro, analisa as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo. Na segunda parte, indica suas perspectivas com relação à sociedade socialista. Vinte e cinco anos após a publicação da obra de Kautsky (1986) Lênin (1980) lançou a sua obra "Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura" tendo como ponto de partida a concepção de que o capitalismo na agricultura desenvolvido nos Estados Unidos, por ser esse o país mais capitalista do mundo, poderá fornecer uma visão de conjunto com a qual é possível analisar as demais agriculturas.

O DESENVOLVIMENTO DO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Nesta parte, queremos estudar as contribuições dos teóricos do paradigma da questão agrária no Brasil no contexto da resistência ao capital desenvolvida pelas estratégias do campesinato quanto à exploração e expropriação capitalista da terra como ressaltam pesquisadores Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães. Em

A *questão agrária*, Prado Júnior (1979) entende que no Brasil não houve feudalismo. O capitalismo estava se desenvolvendo no Brasil de forma preponderante no campo, e que as relações sociais de produção existentes não eram entrave ao desenvolvimento capitalista, mas caracterizava-se por um capitalismo concentrador e dependente. Dentro dessa concepção a propriedade fundiária constituiu o elemento fundamental que separava os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira. Por outro lado a questão da urbanização significou uma transformação nas próprias atividades agrícolas no sentido de produzir alimentos para abastecer as cidades.

Entre os teóricos que entendiam que a realidade agrária brasileira consistia num entrave ao desenvolvimento do capitalismo, contendo até resquícios feudais por conceber como forma precária de acesso a terra: a posse, o arrendamento e a parceria está Alberto Passos Guimarães e sua obra *Quatro séculos de latifúndio*. Para esses estudiosos era necessário provocar uma mudança na agricultura como forma de liberar o setor para o progresso. Eles defendiam a necessidade da reforma agrária no Brasil de caráter capitalista. A função dela era oportunizar um maior contingente populacional com acesso à terra e através desse acesso inserir no mercado interno capitalista e se transformar em consumidores de bens industriais como adubos, tratores, insumos, utensílios, etc. A reforma agrária resolveria muito mais a problemática da indústria e do mercado do que o grave problema do campo.

Andrade (1964) estuda as resistências ao capital desenvolvidas pelas estratégias do campesinato quanto à exploração e expropriação capitalista. Ao analisar a estrutura fundiária concentradora de terras que, desde a época colonial, se estabeleceu visando a produção de matéria-prima para a exportação como o café e o algodão, o campesinato resistiu através do regime de mutirão e do trabalho familiar. Neste contexto as famílias fundaram as Ligas Camponesas as quais “em 1960 já possuíam associados em 26 municípios pernambucanos da Mata, do Sertão e Agreste, alastrou-se rapidamente pela Paraíba onde surgiram grandes núcleos” (Andrade, 1964:248).

Assim, Andrade explica como se dá a luta de classes pelo controle e domínio do território. De um lado os latifundiários contando com a proteção do Estado e desenvolvendo produtos para exportação.

Do outro os camponeses organizados cuja luta visava modificar a estrutura fundiária para a produção de alimentos. “Ora, não é possível modificar as bases de um sistema de organização econômica e social senão mediante métodos revolucionários” (Andrade, 1964:244).

Valverde (1964) mostra a consolidação do monopólio do capital que, ao se aliar ao Estado e aos detentores das terras, impõe a subordinação do trabalho familiar camponês, inclusive com a exploração do trabalho infantil nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A coleta comercial da borracha, do babaçu e da cera de carnaúba abastece as indústrias americanas, européias e japonesas. Das constatações de Valverde (1964) entendemos que o campesinato economicamente é importante, mas social e politicamente é dependente do sistema capitalista que o mantém atrelado numa estrutura de exploração e dependência. Dentro dessa estrutura a precarização das condições laborais afetam o bem-estar e a saúde da família camponesa.

Assim, para Valverde (1964) o modelo capitalista exportador de matéria prima implantado no Brasil determina do exterior as configurações sociais, espaciais e territoriais na sociedade brasileira, impondo uma divisão de trabalho para favoreça o desenvolvimento do capital e tendo no campesinato sua principal fonte fornecedora de mão de obra farta e barata e sua matriz produtora de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Martins (1981) ao discutir as origens e a formação do campesinato ressalta que a tendência do capital é a de subordinar todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. No capítulo V estuda a sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. Nesse capítulo ele explica que a expansão do capitalismo no campo assim como na cidade depende, em princípio, da separação entre o capital e o trabalho. Assim, “a apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital” (Martins, 1981:162).

A subordinação do campesinato pela empresa capitalista é explicada assim por Martins a partir dos pequenos agricultores do Sul do Brasil:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o temos não é a sujeição formal do *trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês (Martins, 1981:175; grifos no original).

Esse raciocínio de Martins explica a histórica concentração fundiária no Brasil como condição para a sujeição da renda da terra ao capital. A luta pela terra e pela Reforma Agrária é a luta contra o capital que os camponeses têm levado adiante. Como os camponeses produzem os seus próprios meios de subsistência, têm condições de suportar melhor os confrontos com latifundiários, pois, a luta pela terra é a luta pela sobrevivência. O problema para os camponeses não é a produtividade, mas a sobrevivência.

Oliveira (1981) trata das relações entre a agricultura e a indústria no Brasil discutindo a ação do capital monopolista e a produção no campo. Salienta que seu estudo faz parte de um debate teórico “num momento histórico marcado pela luta dos trabalhadores da cidade e do campo contra o capitalismo monopolista” (Oliveira, 1981:5). Como pesquisador assume sua posição nesse debate sabendo que ele sofre alterações à medida que avança a luta dos trabalhadores, pois, “essa luta ao avançar, coloca-nos diante da necessidade urgente de pensar (para transformar) o futuro, e conseqüentemente encontrar o caminho (de preferência o mais curto) rumo a outra ordem social, no mínimo mais justa que a atual” (Oliveira, 1981:5).

Oliveira (1981) entende que a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção de tipo camponês. Explica que a expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória. “É assim que ocorre com a chamada ‘modernização conservadora’” (Oliveira, 1981:11) constituindo numa contraproposta à tese defendida por José Graziano da Silva na obra “A modernização dolorosa”. A compreensão de Oliveira (1981) está noutra direção. Ele entende a produção

camponesa atrelada ao capitalismo monopolista que a subordina num processo de sujeição da agricultura a indústria, provocando transformações abrangentes com a integração horizontal exercida pelas multinacionais:

A avicultura é sem sombra de dúvida o setor que tem apresentado nos últimos anos, transformações violentas. Desenvolveu ao sabor do capital comercial, que se incumbia de transacioná-la nas grandes cidades, a avicultura hoje é um apêndice da chamada integração horizontal exercida pelas multinacionais de ração (Sadia, Ralston Purina, Cargill, Central Soja, etc.) que fornecem “gratuitamente” ao proprietário dos galpões (que representam os maiores investimentos no setor, hoje subsidiado pelo Banco do Brasil) o pintainho e a ração além de outros tipos de assistência. O produtor cuida da criação e depois entrega os frangos (geralmente 60 dias após) a essas indústrias que lhe dá 10% do preço de mercado do frango (Oliveira, 1981:35).

A atrelagem da avicultura na indústria implica na subordinação, submissão e dependência dos camponeses produtores sem deixar nenhuma alternativa com a qual pudessem se livrar. Para os camponeses não há escolha, ou produz para a indústria nas condições exigidas por ela ou ficarão isolados do processo produtivo.

Soares (1992) a partir de um estudo sobre as obras de Lênin defende a hipótese de que o processo de divisão social do trabalho é fomentador do desenvolvimento rural e urbano. No capitalismo a essência do processo de aumento simultâneo da produtividade rural e do mercado encontra-se na concorrência entre os produtores de mercadorias e na divisão social e técnica do trabalho. Por isso enfatiza que

No processo de formação de uma economia capitalista, a “descamponização” é o mecanismo básico da criação do mercado para o capitalismo. [...] Estudando o caso da Rússia, esse autor (Lênin) mostra como a decomposição do campesinato e sua transformação em proletariado e em burguesia rurais criava o mercado para o capitalismo que estava desenvolvendo-se. [...] A concorrência entre os produtores independentes, que transforma a economia mercantil em economia capitalista, cria o mercado para a produção capitalista ao produzir o enriquecimento da minoria e a ruína da massa, ao produzir a burguesia e o proletariado rurais (Soares, 1992:139-140).

Soares (1992) entende que a agricultura é um campo para a aplicação de capital e instrumento de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, de elevação da taxa geral de lucro. Assim, a expansão do mercado para o capitalismo é obtida como o aprofundamento da divisão social do trabalho e por essa razão a necessária eliminação do campesinato.

Entendemos através das contribuições de Andrade (1964), Valverde (1964), Martins (1981), Oliveira (1981) e Soares (1992) que a questão agrária no capitalismo é estrutural e só pode ser superada com a destruição do sistema capitalista. Por conseguinte, a única saída para esses sujeitos, quer como camponeses ou como assalariados, é a luta contra o capital, numa perspectiva revolucionária de transformação da sociedade.

A potencialidade desse paradigma em interpretar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura foi expressa nos debates, nas publicações, nos eventos e nas organizações dos movimentos camponeses de forma “quase” hegemônica até o início da década de 1990. Hoje ele vive um tempo de refluxo, mas permanece questionando através de suas interpretações e embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social. É o que demonstra a Coleção *Historia Social do Campesinato*. Coletânea com mais de uma centena de textos analisando o campesinato brasileiro desde o período colonial até o início do século XXI, organizados em cinco tomos com dois volumes cada.

Motta e Zarth (2008) organizaram os dois volumes que tratam das formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São textos que analisam o campesinato do período colonial até os primeiros trinta anos da história republicana. Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderley (2009) organizaram os dois volumes com as leituras e as interpretações clássicas do campesinato no período de 1960 a 1970. Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009) organizaram dois volumes que tratam das lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. No primeiro volume os textos analisam o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 e no segundo analisam a diversidade das formas das lutas no campo.

Neves e Silva (2008) organizaram dois volumes que tratam dos processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. No primeiro volume os textos tratam das formas tuteladas

de condição camponesa e no segundo as formas dirigidas de constituição do campesinato. Godoy, Menezes e Marin (2008) organizaram dois volumes que tratam das diversidades do campesinato: expressões e categorias. No primeiro volume os textos tratam das construções identitárias e sociabilidade e no segundo tratam das estratégias de reprodução social.

CARACTERÍSTICAS, COMPONENTES E PROPOSIÇÕES DO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Os teóricos do paradigma da questão agrária elegeram para construir suas análises os recursos do método do materialismo histórico dialético e, por isso, enfatizam os diferentes tipos de fim e de recriação do campesinato. O campesinato desaparecerá pelos processos de diferenciação, proletarização ou expropriação dos camponeses como entende Lênin (1980), ou pela sujeição ao Estado socialista como entende Kautsky (1986). O campesinato não desaparecerá, pois, o avanço do capitalismo se dá de forma desigual e contraditória como sustenta Oliveira afirmando que “o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, [...] destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria” (Oliveira, 1991:20). Um tipo de recriação do campesinato se dá pela compra, venda ou arrendamento da terra, ou pela subordinação da produção de tipo camponês (Oliveira, 1981:35).

Martins (1979) enfatiza que o capital além de não expandir de forma absoluta o trabalho assalariado constitui num processo que “engendra e reproduz relações não capitalistas de produção” (Oliveira, 1979:3, 19 e 85). Desta forma, entendemos que a recriação do campesinato, como contradição do capitalismo, é uma necessidade do capital como forma de reprodução ampliada, como esclarece Martins: “a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo” (Oliveira, 1979:21).

Outro tipo de recriação do campesinato é explicado por Fernandes (2000) através da luta pela terra, como materialização da luta de classes, principalmente com as ocupações que os

movimentos camponeses espalharam pelo território brasileiro, pois, “a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. [...] A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes” (Fernandes, 2000:280).

A recampesinização configura num tipo de recriação do campesinato em que a ênfase se concentra no jeito camponês de fazer agricultura como explica Ploeg (2008); ou, então, pelo polimorfismo perverso na interpretação de Bartra (2007); ou, pelo conjunto de práticas e valores como condição de retorno à terra estudados por Marques (2004), ou ainda, pelas interações entre ação coletiva e ação pública e os valores de reciprocidade enaltecidos no estudo de Sabourin (2009).

Nas proposições dos teóricos do paradigma da questão agrária como Ploeg, por exemplo, a perspectiva com relação ao campesinato é de protagonismo que se manifesta nas suas práticas e resistência. “A resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente*” (Ploeg, 2008:289; grifos no original). O protagonismo do campesinato é reconhecido por Mazoyer e Roudart (1998) ao explicar que “os primeiros sistemas de cultura e de criação de animais apareceram na época neolítica, há menos de 10.000, nalgumas regiões pouco numerosas e relativamente pouco extensas do planeta” (Mazoyer e Roudart, 1998:14). Portanto, as práticas heterogêneas que servem para armar a resistência camponesa hoje proporcionando o processo de recampesinização é resultado de uma herança agrária com raízes na época neolítica, neste sentido com raízes mais profundas historicamente se comparada ao capitalismo e que hoje se constitui no jeito camponês de fazer agricultura.

A perspectiva do campesinato na ótica dos teóricos do paradigma da questão agrária é do protagonismo propositivo do camponês, pois, os problemas criados para o campesinato dentro do capitalismo não têm solução. Trata-se de uma questão agrária estrutural cujo limite é a superação do próprio sistema capitalista. Isso dentro do capitalismo é impossível. Sendo assim, ou o campesinato luta contra o capital e constrói o seu futuro, ou se une à ele perdendo sua identidade e sua autonomia. Neste raciocínio o futuro de um coincide com o futuro do outro. Por isso os métodos revolucionários

fazem parte da perspectiva camponesa, pois, como explica Andrade (1964) “não é possível modificar as bases de um sistema de organização econômica e social senão mediante os métodos revolucionários” o uso dos métodos revolucionários (Andrade, 1964:244).

A histórica luta pela terra é presença constante no Brasil desde a época colonial, como explica Andrade (1964) em que o latifúndio estrutura-se pelo regime sesmarial em que a concessão de terras era feita pelo Estado às famílias com prestígios palacianos, com isso, “formou-se a pequena nobreza dos cafezais” (Andrade, 1964:189). Diante dessa estrutura fundiária extremamente concentrada ergue-se a resistência camponesa, pois para Andrade, como para os teóricos do paradigma da questão agrária não há saída para os problemas criados pela questão agrária.

A questão agrária é estrutural e o limite é a sua superação, e isso é impossível no capitalismo, por isso a única alternativa para o campesinato consiste na luta contra o capital, como explicita Martins, “já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (Martins, 1981:177). Portanto, para os teóricos do paradigma da questão agrária a escolha do campesinato está entre lutar contra o capital ou ser asfixiado por ele pela subalternidade e pela expropriação. Desta feita, o campesinato é compreendido como parte do capital, “de modo que a subalternidade e a expropriação aparecem como uma suposta ineficácia do campesinato e não como intensa exploração do agronegócio” (Fernandes, 2008:9).

A GÊNESE DO PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

O paradigma do capitalismo agrário surge na segunda metade do século XX e uma obra seminal é Mendras (1967/1984). As obras de Lamarche (1993, 1998), fazem parte de uma pesquisa em vários países e são exemplos de consolidação deste pensamento. Mendras (1967/1984) viu o desaparecimento de uma parte da civilização milenar francesa constituída pelo campesinato há dez séculos e perguntou: como a França se desenvolverá sem os camponeses? Para Mendras, o campesinato francês está destruído desde a

década de 1950, deixando de ser um modo de vida tradicional para dar lugar ao agricultor moderno produtor de mercadorias. Este autor inaugura uma significação em que o conceito e o camponês perdem sua multidimensionalidade para se adequarem ao caráter do negócio, ou simplesmente como produtor de mercadorias. E neste sentido, as principais transformações no processo produtivo acontecem com a incorporação de tecnologias e a integração do produtor ao mercado. Uma conclusão do autor é: “L’agriculture, à son tour, “s’industrialise” et la paysannerie française est tuée, avec cent cinquante ans de retard, par la civilização qu’on appelle industrielle” (Mendras, 1984:15). “A agricultura industrializada, a seu modo, ou a chamada civilização industrial demorou 150 anos para destruir o campesinato francês (tradução nossa).

Mendras (1967/1984) afirma que o campesinato é um assunto pouco debatido pelos pesquisadores das várias áreas do saber, principalmente pelas ciências sociais. Esta incompreensão deve-se ao fascínio provocado pelo nascimento da classe trabalhadora urbana industrial e pelo empreendimento capitalista cujo único instrumento de análise encontra-se no valor da moeda. Tendo o desenvolvimento agrário inglês por modelo, Mendras entende que a segunda revolução agrícola transformou todas as estruturas tradicionais do campesinato francês.

Lamarche (1993, 1998) coordenou pesquisa internacional sobre a agricultura familiar na França, Canadá, Tunísia, Brasil e Polônia no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Analisa o desenvolvimento do campesinato nesses países e numa perspectiva evolucionista discute a mudança de um modelo original para um modelo ideal. O modelo original é o modelo camponês ou de subsistência estruturado em bases essencialmente familiares marcados pela conservação e crescimento do patrimônio familiar, porém sem assegurar o desenvolvimento das unidades produtivas. O modelo ideal ou integrado é o modelo produtivista capaz de transformar as unidades produtivas altamente integradas ao mercado por incorporarem os principais avanços tecnológicos.

Entre as características comuns dessas duas obras destacamos a desintegração do campesinato provocada pela industrialização da agricultura via incorporação de tecnologias e a integração do produtor ao mercado. Para Mendras a industrialização da agricultura eliminou o campesinato francês e para Lamarche (1993,

1998) os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência explica e justifica a transformação do camponês em agricultor familiar.

O DESENVOLVIMENTO DO PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL

Nesta parte, queremos estudar as contribuições dos teóricos do paradigma do capitalismo agrário no Brasil no contexto da reprodução do capital na agricultura. Entendemos com Neves (1995, 2007) que o conceito “agricultor familiar” era desconhecido no contexto nacional de produção acadêmica em torno das atividades agropecuárias até o final da década de 1980. Ele aparece pela primeira vez em 1992 na tese de doutoramento de Ricardo Abramovay denominada “De camponeses a agricultores familiares: paradigmas do capitalismo agrário em questão” publicada com o título *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*.

Para Abramovay a agricultura familiar é a principal forma social do progresso técnico no campo que se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, e é a principal produtora de alimentos e fibras das nações mais desenvolvidas. A integração ao mercado, a capacidade de incorporar os principais avanços técnicos e a capacidade de responder às políticas governamentais são características da agricultura familiar distinguindo-a da agricultura camponesa. Assim explica Abramovay:

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (Abramovay, 1998:131).

Segundo esse autor o camponês possui racionalidade econômica incompleta e é parcial sua inserção em mercados incompletos, segundo Abramovay, “o capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (Abramovay,

1998:129) e, por essa razão, o futuro do camponês consiste em se metamorfosear em agricultor familiar. “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (Abramovay, 1998:127).

Ao projetar o desenvolvimento do capitalismo tomando como referencia as realidades das nações capitalistas o campesinato está condenado inexoravelmente segundo Abramovay ao desaparecimento porque ele é representante de “grupos sociais de transição entre sociedades primitivas e o universo urbano” (Abramovay, 1998:102).

Entre os teóricos do paradigma do capitalismo agrário destacamos as contribuições de Veiga pelo importante resgate histórico do desenvolvimento agrícola. Veiga (1991) entende que a agricultura moderna surgiu durante os séculos XVIII e XIX num intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas. A tendência dessas mudanças era integrar cada vez mais o campesinato ao mercado transformando-o num produtor de mercadorias. Nesse contexto mundial, Veiga (1991) ressalta o predomínio da agricultura familiar nos Estados Unidos, Europa, Leste Asiático, Egito e México, afirmando que “foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo, inclusive no berço do belo *high-farming*” (Veiga, 1991:188).

Fortalecer a forma familiar de produção na agricultura constitui objetivo estratégico, segundo Veiga (1991) para transformar as unidades camponesas em estabelecimentos familiares. Ao tentar explicar o que distingue camponês de agricultor familiar Veiga (1991) indica duas grandes diferenças: o grau de integração aos mercados e a própria limitação desses mercados. E explica que “os camponeses frequentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses. Os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (Veiga, 1991:191).

Graziano da Silva (1999) ao analisar o desenvolvimento agrário brasileiro destaca as mudanças do padrão tecnológico na agricultura, partindo do principio de que a terra se constitui um elemento importante do próprio capital. Para ele o sentido fundamental do desenvolvimento do capitalismo no campo é a própria industrialização da agricultura, “o significado do desenvolvimento

das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção” (Graziano da Silva, 1981:45).

Por entender que o campesinato está inserido no capitalismo como parte dele mesmo, pois o capital também acumula o excedente da produção camponesa numa estrutura produtiva em que ela encontra-se atrelada, Graziano defende a hipótese de que não há nenhuma alternativa ao camponês, a não ser contribuir com a reprodução do capital com sua produção ou com sua força de trabalho. Por isso,

A política tecnológica para o setor de pequenos produtores camponeses emerge como um elemento-chave no contexto da transformação dinâmica desse setor, no sentido de destruir, manter e elevar a economia camponesa a um patamar mais alto de integração com a economia global. Em outras palavras, a política tecnológica apresenta-se como de alta relevância no direcionamento dos processos de diferenciação e de decomposição do setor camponês em sentido ascendente e descendente, isto é, na direção de um processo de proletarização ou de capitalização (Graziano da Silva, 1999: 137-138).

Wanderley (2001) ao estudar as raízes históricas do campesinato brasileiro elege a agricultura familiar como o novo produtor moderno que é capaz de adaptar-se às novas exigências tecnológicas e sociais. Para Wanderley, nas sociedades modernas, multiplicam-se outras formas da agricultura familiar não camponesas. Elas “tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna” (Wanderley, 2001:33). Dentre as transformações ressalta a autora a integração e a subordinação à racionalidade moderna em que o “agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional” (Wanderley, 2001:35).

A continuidade entre campesinato e agricultura familiar fundamenta-se sobre a relação que ambas mantêm entre a propriedade, o trabalho e a família, por isso afirma Wanderley que “a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar” (Wanderley, 2001:23). Para ela o campesinato é historicamente predominante nas sociedades tradicionais e se

constitui de grupos sociais que estão em transição entre a tribo primitiva e a sociedade industrial.

Hespanhol (2000) entende que as expansões de formas capitalistas de produção no campo levaram parcela considerável dos produtores a expropriação de seus meios de produção, excluindo-os do circuito produtivo. Isso provocou uma grande diversidade de unidades produtivas que, não obstante as enormes diferenças de ordem econômica, social, cultural e política que as caracterizam, apresentam em comum, o fato de terem a terra, o trabalho e a família vinculados.

Contribuíram favoravelmente para mudança de perspectiva em relação à produção familiar, as análises de âmbito internacional e as análises de cunho regional ou local que, abordando sob diferentes matizes teórico-metodológicos, possibilitaram um melhor entendimento dessa categoria de produtores. No cerne de suas discussões há a refutação do conceito de camponês por ter perdido o poder explicativo e ser substituído pelo conceito de agricultor familiar, pois “as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção [...] perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar” (Hespanhol, 2000:2).

Todavia, há uma contradição entre o referencial teórico e as constatações da base empírica. O referencial teórico agrupou teorias que defendem a transformação do camponês em agricultor familiar como única possibilidade de futuro por ser o agricultor familiar protagonista de produtor moderno totalmente integrado ao mercado, racionalizando ao máximo sua produção. Porém, as informações da base empírica demonstraram não ser isso o que ocorre na realidade vivida pelos agricultores familiares, visto que:

com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associado à intensificação da concentração fundiária, resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção da força de trabalho e conseqüente expulsão de um expressivo contingente populacional (Hespanhol, 2000:322).

Desta forma, há um desencontro entre as concepções defendidas pelo referencial teórico e as constatações empírica, pois a realidade mostra que não houve a inserção do agricultor familiar no mercado como produtor moderno, visto que ele foi expulso do circuito produtivo pela descapitalização, como também foi expropriado dos seus meios de produção.

Entendemos através das contribuições de Abramovay (1998), Veiga (1991), Graziano da Silva (1999), Wanderley (2001), e Hespanhol (2000) que a questão agrária no capitalismo é conjuntural. Ou seja, o problema não está no sistema capitalista, o problema é o camponês. Por conseguinte, a único futuro é deixarem de ser camponês transformando-se em agricultor familiar e como tal ser integrado no mercado contribuindo e participando da reprodução do capital.

CARACTERÍSTICAS, COMPONENTES E PROPOSIÇÕES DO PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO

No início da década de 1990, foi defendida a tese que se tornou a principal referência do paradigma do capitalismo agrário no Brasil. O paradigma do capitalismo agrário se constituiu em duas tendências: uma que defende o agronegócio como totalidade em que não há possibilidade de outro modelo de desenvolvimento. Autores desta tendência são Lopes e Neves, (2005) e Zylbersztajn e Neves (2000). A outra tendência defende a agricultura familiar como parte do agronegócio, como consta nas obras de Lamarche (1993, 1998); Abramovay (1998, 2003) e Veiga (1991). Nesta tendência, está presente a tese da metamorfose do camponês em agricultor familiar como, por exemplo, em Lamarche (1993:13-33). Os teóricos da metamorfose enfatizam a integração ao mercado em que o Estado desempenha uma função determinante com políticas públicas e incorporação de tecnológicas. Segundo Veiga a análise histórica demonstra “a consolidação da agricultura familiar durante a intensificação do capitalismo industrial americano, europeu, japonês, etc.” (Veiga, 1991:189). E que a diferença entre camponês e agricultor familiar está no grau de integração aos mercados em que “os agricultores operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (Veiga, 1991:191).

Para Abramovay (1998) o campesinato constitui uma sociedade parcial provida de uma cultura parcial e, se encontra a “meio caminho” entre a “barbárie e a civilização” (Mendras, 1984:13). A cultura tradicional e o modo de vida de pequenas comunidades rurais, a vida da aldeia, os laços comunitários da vida camponesa, o mutirão e a reciprocidade proporciona apenas “a integração parcial a mercados incompletos”, pois, “nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (Abramovay, 1998:115. Grifos no original). “As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (Abramovay, 1998:117). A incompatibilidade entre o campesinato e o capitalismo exige a metamorfose do camponês em agricultor familiar. “Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista” (Abramovay, 1998:127).

Como forma de negar o protagonismo do campesinato os teóricos do paradigma do capitalismo agrário procuram diferenciar camponês do agricultor familiar como afirma Abramovay: “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe ser caracterizada como *camponesa* (Abramovay, 1998:22; grifos no original). O camponês numa economia capitalista só pode ser coadjuvante dada sua integração parcial a mercados incompletos. “As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis” (Abramovay, 1998:117).

Justificando que a palavra *camponês* é de origem política pela associação às reivindicações da esquerda latino-americana, e que junto com campesinato foram “incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária” (Martins, 2000:45), os teóricos do paradigma do capitalismo agrário procuram negar o protagonismo do campesinato atribuindo-lhe a pecha de atrasado, estorvo ou resquício feudal. Por isso foram e continuam sendo meros coadjuvantes por ocupar um lugar secundário e subalterno na agricultura brasileira historicamente marcada por privilegiar a grande propriedade e nela desenvolver monocultura exportadora (Fernandes, Welch e

Gonçalves, 2010). Submissão, isolamento, pobreza, precariedade, agricultura itinerante, cultivadores pobres livres, auto-consumo, agricultura de subsistência são os elementos utilizados por Wanderley (2001:36-55) para compreender o campesinato no Brasil. Essa forma de agricultura tem “que se adaptar às exigências da agricultura moderna, essa forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, [...]” (Wanderley, 2001:52). O camponês, um trabalhador para o capital (Wanderley, 2009:71-136).

Não reconhecendo o protagonismo do campesinato os teóricos do paradigma do capitalismo agrário entendem que a questão agrária não é um problema estrutural do capitalismo. O problema é conjuntural, o problema é o camponês e, por isso, defendem a dependência e a integração dele no mercado. E justificam a transformação do camponês em agricultor familiar, como faz Veiga, por entender que as sociedades camponesas estão na transição da barbárie para a civilização, entre situações pré-industriais e sociedades industriais. Pois “os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (Veiga, 1991:191). Assim a reprodução do capital exige a subalternidade do agricultor familiar que deixou de ser camponês, deixou de ser um modo de vida e se transformou numa profissão para se enquadrar nas exigências das leis do mercado. “O mercado é, acima de tudo, um *princípio orientador*. Devido ao grau elevado de integração e dependência dos mercados, a unidade de produção empresarial tem de seguir a “lógica do mercado (Ploeg, 2008: 137. Grifos no original)”.

CONCLUSÃO

Entendemos a questão agrária como questão estrutural no capitalismo. O limite é a sua superação e isso é impossível no capitalismo. Por isso a única alternativa para o campesinato consiste na luta contra o capital, como explicita Martins, “já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (Martins, 1981:177). Portanto, para os teóricos do paradigma da questão agrária a escolha do campesinato está entre lutar contra o

capital ou ser asfixiado por ele. Assim se justifica nossa hipótese da imprescindibilidade do debate paradigmático como condição para estudar a complexidade da questão agrária por entender que somente ele apresenta a melhor (ou a única?) compreensão do avanço do capitalismo na agricultura por propiciar os confrontos das interpretações. Compreender as interpretações e os significados dos conceitos é reencontrar as trajetórias que os pesquisadores fizeram e analisar as correntes em que se filiaram e os paradigmas nos quais projetaram suas visões de mundo. Essa é a razão da nossa escolha em estudar a questão agrária utilizando dois paradigmas: o da questão agrária e do capitalismo agrário. Para o primeiro a questão agrária é um problema estrutural gerado pelo capitalismo e a resistência é a única alternativa para o campesinato. Para o segundo não há questão agrária no capitalismo. O problema é o camponês e a solução está em integrá-lo ao mercado, promovendo sua transformação em agricultor familiar, em produtor tecnificado que maximiza sua produção.

Desta forma, os teóricos do paradigma da questão agrária utilizam o método dialético por entender que o capital se expande de forma heterogênea, complexa e plural. Criando e recriando o campesinato em várias frentes: pelo arrendamento de terra ou pela compra e venda; pela luta pela terra e pelo processo de recampesinização. O estudo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura através da luta de classes ajuda entender a origem da violência e dos conflitos agrários pela contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da miséria que é mais bem explicada pela conflitualidade (Fernandes, 2008).

Para o paradigma do capitalismo agrário não existe uma questão agrária no capitalismo. O problema é o camponês, É uma questão conjuntural que pode ser resolvida pela integração dele no mercado. Por isso o fim do campesinato é aguardado já que esses teóricos não admitem a criação e a recriação do campesinato. Pelo método positivista explicam que o capital se expande de forma homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado, “sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês” (Oliveira, 1991:20). É por isso que diante da violência e dos conflitos agrários recorrem aos expedientes jurídicos para defender a propriedade privada como

instituto maior do estado democrático de direito. “A manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem” explica Wacquant (2001:9).

REFERÊNCIAS

- Abramovay, Ricardo (1998), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, São Paulo, Hucitec.
- Abramovay, Ricardo (2003), “É necessário cobrar resultados de assentados: pesquisador defende lógica empreendedora da agricultura familiar para os assentados”, *O Estado de São Paulo*, 21 dez. Nacional, p. 7, entrevista.
- Aly Junior, Osvaldo; Pereira, Leonam Bueno; Carvalho, G.C.; Storel Junior, A.O., Silva, R.P. (2008), “Questão agrária e agricultura em São Paulo: elementos de diretrizes do Incra-SP”, em Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 325-338.
- Andrade, Manoel Correia de (1964), *A terra e o homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense.
- Bartra, Armando (2007), “Marginales, Polifônicos, Trashumantes: os camponeses do milênio”, em Fernandes, B.F.; Marques, M.I.M, Suzuki, J.C. (orgs.), *Geografia Agrária Teoria e poder*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 85-103.
- Bruno, Regina (2008), “Agronegócio e novos modos de conflituosidade”, em Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 83-105.
- Carvalho, H.M de (2005), *O campesinato no século XXI Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- Chonchol, Jacques (1994), *Sistemas agrários em América Latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora*, Santiago, Fondo de Cultura Económica.
- Conterato, M.A. (2008), “Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul”, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Costa Neto, Canrobert (2008), “Relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro”, em Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 71-82.

- Chayanov, Alexander V. (1944), *La Organización de La Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.
- Fabrini, João Edmilson (2002), *A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra*, Cascavel, Unioeste.
- Fernandes, Bernardo Mançano (1996), *MST: formação e territorialização*, São Paulo, Hucitec.
- (2000), *A Formação do MST no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- (2005), “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais”, *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 8, número 6, janeiro/junho, pp. 14-34.
- (2005), *Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato*, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, USP, pp. 4860-4874.
- (2007), “Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial”, em Buainain, Antonio Marcio (ed.), *Luta pela terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*, Campinas, Unicamp.
- (2008), “Entrando nos Territórios do Território”, em Paulino, E.T.; Fabrini, J.E. (orgs.), *Campesinato e territórios em disputas*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 273-302.
- (2009), “Sobre a Tipologia de Territórios”, em Saquet, Marco Aurélio e Sposito, Eliseu Sáverio (orgs.), *Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 197-215.
- Fernandes, B.M. e Welch, C.A. (2008), “Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil”, em Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 45-70.
- Fernandes, B.M. e Welch, C.A, Gonçalves, E.C. (2010), “Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial”, *Revista Espaço Aberto*, URFJ, núm. 1, Departamento de Geografia, 2010 (no prelo).
- Fernandes, B.M.; Medeiros, L.S. de; Paulilo, M.I. (orgs.) (2009), *Lutas Camponesas: condições, dilemas e conquistas*, v.1 e 2, São Paulo, Editora Unesp.
- Freire Maia, Newton (2000), *A Ciência por dentro*, Petrópolis, Vozes.
- Germer, Claus (2004), “O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária”. In Stédile, J.P. (coord.), *A Questão Agrária na década de 90*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 144-151.
- Giarracca N. e Teubal M. (2008), “Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegócio”: el caso argentino”, em Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 139-164.

- Godoy, E.P. de, M.A. Menezes y R.A. Marin (orgs.) (2008), *Diversidades do Campesinato: Expressões de Categorias*, vol. 1 e 2, São Paulo, Editora Unesp.
- Gohn, Maria da Glória (1997), *Teoria dos Movimentos Sociais*, São Paulo, Loyola.
- (s/f), *A Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais* [http://www.unicamp.br/cemarx/mariagloria.htm], Recuperado em 10 dez. 2009.
- Gómez, Jorge R. Montenegro (2008), “Los límites del consenso. La propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 249-274.
- Guerreiro, Luciana García (2008), “Resistencias campesinas: la experiencia de las ferias francas de la provincia de Misiones, Argentina”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 365-384.
- Guimarães, Alberto Passos (1997), *Quatro séculos de latifúndio*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Graziano Da Silva, José (1981), *A modernização dolorosa*, Rio de Janeiro, Zahar.
- (1999), *O Novo Rural Brasileiro*, Campinas, Unicamp.
- Haesbaert Rogério (2004), *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Hespanhol, R.A. de Medeiros (2000), “Produção Familiar: perspectivas de Análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente”, 262f. tese (doutorado em geografia), São Carlos, Universidade São Paulo.
- Kautsky, Karl (1986), *A questão agrária*, Rio de Janeiro, Laemmert.
- Kuhn, Thomas S. (1998), *A Estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva.
- Lamarche, Hugues (coord.) (1993), *A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme*, Campinas, Editora da Unicamp.
- (coord.) (1998), *A Agricultura Familiar: do mito a realidade*, Campinas, Editora da Unicamp.
- Leite, Sergio Pereira y Ávila, Rodrigo Viera (2008), “El sentido de la reforma agrária en los procesos de desarrollo: por una crítica a los límites de la visión económico-reduccionista y al modelo de modernización agrícola”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 303-323.

- Lenin, Vladimir Ilich (1980), *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, São Paulo, Editora Brasil Debates.
- (1985), *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, São Paulo, Nova Cultural.
- Lizárraga Pilar e Vacaflores Carlos (2008), “Proyecto de dominación y resistencia campesina. El caso de Tarija, Bolívia”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 225-248.
- Lopes, Frederico Fonseca; Neves, Marcos Fava (org.) (2005), *Estratégias para a Laranja no Brasil*, São Paulo, Atlas.
- López, Mildred (2008), “La función social de la propiedad y la quimera de los agronegocios en Guatemala. Una posibilidad en el corazón de la globalización neoliberal”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 107-137.
- Luxemburg, Rosa (1985), *A Acumulação do Capital*, São Paulo, Nova Cultural.
- Mackinlay, Horácio (2008), “Pequenões produtores y agronegocios en México: una retrospectiva histórica. Tendencias de expansión y operación de los agronegocios a principios del siglo 21”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 165-195.
- Mansur, Douglas (2008), “Imagens da resistência do campesinato no Brasil e na Bolívia”, en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 403-424.
- Marques, Marta I.M. (2004), “Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade”, en Oliveira A.U. y Marques M.I.M. (orgs.), *O Campo no Século XXI*, São Paulo, Paz e Terra, pp. 145-158.
- Martins, José de Souza (1981), *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- (1979), *O cativo da terra*, São Paulo, Hucitec.
- (1994), *O poder do atraso*, São Paulo, Hucitec.
- (2001), *Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura no Brasil* [www.nead.org.br].
- Marx, Karl (1988), *El capital: crítica de la economía política*, México, Siglo XXI Editores.
- Mazoyer, M. y Roudart, L. (1998), *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*, Lisboa, Ed. Histórias e Monografias.
- Mendras, Henry (1984), *La Fin des paysans*, París, Actes Sud.

- Motta, Márcia y Zarth, Paulo (orgs.) (2008), *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vols. 1 y 2, São Paulo, Editora Unesp.
- Navarro, Zander (2010), "Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica", en Gasques, José Garcia; Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro; Navarro, Zander (orgs.), *A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas*, Brasília, IPEA, pp. 185-209.
- Neves, Delma Pessanha (1995), "Agricultura familiar: questões metodológicas", *Revista ABRA*, núms. 2 y 3, vol. 25, pp. 21-36.
- (2007), "Agricultura familiar: quantos ancoradouros", en Fernandes, B.M., Marques, M.I.M., Suzuki, J.C. (orgs.), *Geografia Agrária teoria e poder*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 211-270.
- Neves, Delma Pessanha; Silva, Maria Aparecida de Moraes (orgs.) (2008), *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vols. 1 y 2, São Paulo, Editora Unesp.
- Niederle, Paulo André (2007), "Mecanização, Estilos de Agricultura e Estratégias Reprodutivas dos Agricultores Familiares de Salvador das Missões, RS", dissertação (mestrado em desenvolvimento rural), Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino (2001), *A Agricultura Camponesa no Brasil*, São Paulo, Contexto.
- (2004), "Os mitos sobre o agronegócio no Brasil", en XII Encontro Nacional do MST, em São Miguel do Iguaçu, Paraná del 19 al 24 de enero de 2004.
- (2007), *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*, São Paulo, Labur Edições.
- Palau, Tomás et al. (2007), *Los refugiados del modelo agroexportador. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas*, Asunción, BASE Investigaciones Sociales.
- Palau, Tomás (2008), "El agronegócio de la soja en Paraguay. Antecedentes e impactos sociales y económicos", en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 17-44.
- Ploeg, J.D.V.D. (2008), *Camponeses e Impérios Alimentares Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização*, Porto Alegre, UFRGS Editora.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2008), "A luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina", en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 195-221.

- Prado Junior, Caio (200), *A questão agrária*, São Paulo, Brasiliense.
- Rubio, Blanca (2009), *Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal*, Madrid, Plaza y Valdés Editores.
- Sabourin, Eric (2009), *Camponeses do Brasil. Entre a troca mercantil e a reciprocidade*, Rio de Janeiro, Editora Garamond.
- Saussure, Ferdinand de (1997), *Curso de lingüística general*, São Paulo, Cultrix.
- Saquet, Marcos Aurélio (2007), *Abordagens e concepções de território*, São Paulo, Expressão Popular.
- Schneider, Sergio (2003), *A pluriatividade da agricultura familiar*, Porto Alegre, Editora UFRGS.
- Shanin, Teodor (1980), "A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista", em *Estudos Cebrap*, Petrópolis, Vozes.
- (1983), *La classe incomoda*, Madrid, Alianza Editorial.
- Stédile, João Pedro (org.) (2004), *A questão agrária hoje*, Porto Alegre, Editora da UFRGS/Associação Nacional de Cooperação Agrícola.
- Terán, Juan Fernando (2008), "La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemónicos para América Latina", en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 339-364.
- Thiollent, M. (2000), *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez.
- Thomaz Junior, Antonio (2008), "A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria-qual o lugar do campesinato e do proletariado", en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 275-302.
- Valle, Luciano Martinez (2006), "Las organizaciones de segundo grado como nuevas formas de organización de la población rural", en Grammont, Hubert C. (org.). *La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*, Buenos Aires, Clacso, pp. 107-132.
- Valverde, Orlando (1964), *Geografía agrária do Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro, INEP.
- Veiga, José Eli (1991), *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*, São Paulo, Hucitec.
- Wacquant, Loïc (2001), *As Prisões da Miséria*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Wahren, Juan (2008), "Construyendo territorios. Corporaciones, movimiento social y proyectos autogestionados en Mosconi, Salta (Argentina)", en Fernandes, B.M. (org.), *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 385-401.

- Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (2001), "Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro", en Tedesco João Carlos (org.), *Agricultura familiar realidades e perspectivas*, Passo Fundo, UPF Editora.
- (2005), "O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro", en Petersen, Paulo (org.), *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* [<http://www.aspta.org.br>], pp. 33-46.
- Welch Clifford Andrew; Fernandes Bernardo Mançano (2008), "Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil", en Paulino, Eliane Tomiasi, Fabrini, João Edmilson, *Campesinato e territórios em disputa*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 161-190.
- Welch, C.A., E. Malagodi, J.S.B. Cavalcanti y M. de N.B. Wanderley (orgs.) (2009), *Camponeses brasileiros. Leituras e interpretações*, vols. 1 y 2, São Paulo, Editora Unesp.
- Zylbersztajn, D. y Neves, M. (orgs.) (2000), *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*, São Paulo, Pioneira.